

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

UTE - Ampliação

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº ... , DE .. DE DE

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e no art. 75-A do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, nos arts. 23 a 29 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias MME nº 67, de 1º de março de 2018, nº 341, de 11 de setembro de 2020, e nº 425, de 3 de dezembro de 2020, nas Resoluções Normativas nº 583, de 22 de outubro de 2013, nº 876, de 10 de março de 2020, e nº 921, de 23 de fevereiro de 2021, e o que consta do Processo no, resolve:

Art. 1º Autorizar a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº, no município de, Estado, a ampliar a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica - UTE, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

No caso de Consórcio

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio a ampliarem a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica - UTE, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

I - (.....% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, nº.....,, município, estado

II - (.....%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, nº.....,, município, estado

§ 1º A central geradora está cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração (CEG) nº UTE.XX.XX.XXX.XXX-X.XX.

§ 2º A central geradora será constituída de unidades geradoras de kW, já outorgados pela Resolução ANEEL/Portaria MME nº, de....., e unidades geradoras de kW, totalizando kW de capacidade instalada, e kW médios de garantia física correspondentes a ampliação, utilizando como combustível.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§3º A comercialização da energia elétrica se dará em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996.

Art. 2º A deverá a utilizar o Sistema de Transmissão de interesse restrito da Central Geradora Termelétrica denominada UTE, definido na Resolução Autorizativa ANEEL/Portaria MME no, de....., e promover as adequações que se façam necessárias em virtude da ampliação de potência de que trata esta Resolução, por sua exclusiva responsabilidade e ônus.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I – cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

II – ampliar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

- a) Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI: até .././20xx;
- b) Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até .././20xx;
- c) Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento do combustível: até .././20xx;
- d) Início das Obras Cíveis das Estruturas: até .././20xx;
- e) Início da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até .././20xx;
- f) Início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até .././20xx;
- g) Conclusão da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras até .././20xx;
- h) Obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO: até .././20xx;
- i) Início da Operação em Teste até .././20xx;
- j) Início da Operação Comercial até .././20xx.

III - manter, nos termos do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº/2021-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Resolução, no valor de R\$ (.....), que vigorará por até 90 (noventa) dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da UTE

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

V – aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI – firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº/2021-ANEEL.

VII – apresentar a Reserva de Disponibilidade Hídrica válida, como condição para a entrada em operação comercial.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Resolução, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Resolução, aplicam-se à autorizada as sanções previstas no item 16.2 do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº 01/2021, a seguir discriminadas:

I – advertência;

II – multa editalícia ou contratual;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado;

V – rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstas no Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/2021 e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV e V do § 1º poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo administrativo.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de implantação do empreendimento, de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, com o valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - correspondente ao maior valor entre 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga;

III - até 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento ou até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais reais), prevalecendo o maior valor, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 16 a 30 dias ou mais em relação ao marco de Início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), prevalecendo o maior valor, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento.

IV – 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após o devido processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que:

I – na hipótese de atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias no Início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo Início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 7º Caso o valor da multa superar o valor da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, a autorizada responderá pela diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual e não havendo obrigação a ser cumprida pela autorizada em face do Edital de Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/2021 ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao prestador.

§ 10 No caso de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar manifestação quanto à inadimplência ou atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial da última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

VÁLIDO SOMENTE PARA TERMELÉTRICA A BIOMASSA E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD, referente à ampliação da capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica - UTE....., nos termos da legislação e das regras de comercialização de energia elétrica.

§ 1º O percentual de redução somente será aplicado se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras referente à ampliação da UTE ocorrer no prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de publicação desta autorização, em atendimento ao inciso I do §1º-C do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 2º No acesso aos sistemas de transmissão ou distribuição, a autorizada deverá observar a legislação e regulação específica, inclusive quanto aos eventuais riscos e as restrições técnicas relacionadas à sua conexão e uso da rede.

Art. 6º Constituem condições resolutivas da vigência desta autorização:

I – o não aporte da Garantia de Fiel Cumprimento, de que trata o inciso III do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização;

II – a não celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER, de que trata o inciso VI do art.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização, e

Somente nos casos obrigatórios (Proponente enquadrada como empresa estrangeira ou como Fundo de Investimento em Participações – FIP)

III – o não protocolo da ANEEL dos atos constitutivos da sociedade que deverá receber definitivamente a titularidade da autorização, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo fixado no caput a Secretaria Executiva de Leilões – SEL da ANEEL deverá, independentemente de prévia notificação da Autorizada,

I – publicar despacho atestando a não implementação das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual a autorização permanecerá em vigor pelo prazo nela previsto, ou

II – publicar despacho atestando a implementação de quaisquer das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual se encerrará a vigência desta autorização para todos os efeitos legais e regulatórios.

Art. 7º A deverá inserir, no prazo de 30 (trinta) dias, o organograma do Grupo Econômico em sistema disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

UTE - Implantação

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA No ... , DE .. DE DE

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e no art. 75-A do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, nos arts. 23 a 29 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias MME nº 67, de 1º de março de 2018, nº 341, de 11 de setembro de 2020, e nº 425, de 3 de dezembro de 2020, nas Resoluções Normativas nº 583, de 22 de outubro de 2013, nº 876, de 10 de março de 2020, e nº 921, de 23 de fevereiro de 2021, e o que consta do Processo no, resolve:

Art. 1º Autorizar a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, no município de, Estado, a implantar e explorar a Central Geradora Termelétrica - UTE, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

No caso de Consórcio

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio a implantar e explorar a Central Geradora Termelétrica - UTE, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

I - (.....% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, município, estado

II - (.....%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, município, estado

§ 1º A central geradora está cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração (CEG) nº UTE.XX.XX.XXX.XXX-X.

§ 2º A central geradora será constituída de unidades geradoras de kW, totalizando kW de capacidade instalada, e kW médios de garantia física de energia, utilizando como combustível.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§3º A comercialização da energia elétrica se dará em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996.

Art. 2º Adeverá implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UTE, constituído de....., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I – cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

II – implantar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

- a) Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI: até .././20xx;
- b) Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até .././20xx;
- c) Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento do combustível: até .././20xx;
- d) Início das Obras Cíveis das Estruturas: até .././20xx;
- e) Início da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até .././20xx;
- f) Início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até .././20xx;
- g) Conclusão da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradora: até .././20xx;
- h) Obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO: até .././20xx;
- i) Início da Operação em Teste: até .././20xx;
- j) Início da Operação Comercial: até .././20xx.

III - manter, nos termos do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº /2021-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Resolução, no valor de R\$ (.....), que vigorará por 90 (noventa) dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da UTE

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

V – aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

VI – firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Procedimento

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

Competitivo Simplificado nº/2021-ANEEL.

VII – apresentar a Reserva de Disponibilidade Hídrica válida, como condição para a entrada em operação comercial.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Resolução, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Resolução, aplicam-se à autorizada as sanções previstas no item 16.2 do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº 01/2021, a seguir discriminadas:

I – advertência;

II – multa editalícia ou contratual;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado;

V – rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstas no Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/2021 e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV e V do § 1º poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo administrativo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam o acionista controlador da autorizada.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 5º No período de implantação do empreendimento, de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, com o valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - correspondente ao maior valor entre 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga;

III - até 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento ou até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), prevalecendo o maior valor, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 16 a 30 dias ou mais em relação ao marco de Início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), prevalecendo o maior valor, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento.

IV – 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que:

I – na hipótese de atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias no Início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo Início da Operação Comercial da Última Unidade Geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/20XX ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do Início da Operação Comercial de sua Última Unidade Geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

VÁLIDO SOMENTE PARA TERMELÉTRICA A BIOMASSA E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD, aplicável a Central Geradora Termelétrica – UTE....., nos termos da legislação e das regras de comercialização de energia elétrica.

§ 1º O percentual de redução somente será aplicado se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras da Central Geradora Termelétrica – UTE..... ocorrer no prazo de até quarenta e oito meses, contados da data de publicação desta outorga, em atendimento ao inciso I, do §1º-C, do art. 26, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 2º No acesso aos sistemas de transmissão ou distribuição, a autorizada deverá observar a legislação e regulação específica, inclusive quanto aos eventuais riscos e as restrições técnicas relacionadas à sua conexão e uso da rede.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

seus empregados.

Art. 7º Constituem condições resolutivas da vigência desta autorização:

I – o não aporte da Garantia de Fiel Cumprimento, de que trata o inciso III do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização;

II – a não celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER, de que trata o inciso VI do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização, e

SOMENTE NOS CASOS OBRIGATÓRIOS (Proponente enquadrada como empresa estrangeira ou como Fundo de Investimento em Participações – FIP)

III – o não protocolo da ANEEL dos atos constitutivos da sociedade que deverá receber definitivamente a titularidade da autorização, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo fixado no caput a Secretaria Executiva de Leilões – SEL da ANEEL deverá, independentemente de prévia notificação da Autorizada,

I – publicar despacho atestando a não implementação das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual a autorização permanecerá em vigor pelo prazo nela previsto, ou

II – publicar despacho atestando a implementação de quaisquer das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual se encerrará a vigência desta autorização para todos os efeitos legais e regulatórios.

Art. 8º A deverá inserir, no prazo de 30 (trinta) dias, o organograma do Grupo Econômico em sistema disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

Eólica- Implantação

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA No ... , DE .. DE DE

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e no art. 75-A do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, nos arts. 23 a 29 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias MME nº 67, de 1º de março de 2018, nº 341, de 11 de setembro de 2020, e nº 425, de 3 de dezembro de 2020, nas Resoluções Normativas nº 583, de 22 de outubro de 2013, nº 876, de 10 de março de 2020, e nº 921, de 23 de fevereiro de 2021, e o que consta do Processo no, resolve:

Art. 1º Autorizar a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, no município de, Estado, a implantar e explorar a Central Geradora Eólica - EOL, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

No caso de Consórcio

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio a implantar e explorar a Central Geradora Eólica - EOL, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

I - (.....% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, município, estado

II - (.....%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, município, estado

§ 1º A central geradora está cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração (CEG) nº UTE.XX.XX.XXX.XXX-X.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 2º A central geradora será constituída de unidades geradoras de kW, totalizando kW de capacidade instalada, e kW médios de garantia física de energia, utilizando como combustível.

§3º A comercialização da energia elétrica se dará em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996.

Art. 2º Adeverá implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL, constituído de....., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I – cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021;

II – implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

- a) obtenção da Licença de Instalação: até .././20xx;
- b) Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até .././20xx;
- d) início da Montagem do Canteiro de Obras: até .././20xx;
- e) início das Obras Cíveis das Estruturas: até .././20xx;
- f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até .././20xx;
- g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até .././20xx;
- h) início da montagem das Torres das Unidades Geradoras: até .././20xx;
- i) obtenção da Licença de Operação: até .././20xx;
- j) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até .././20xx;
- l) início da Operação em Teste da ... à ... Unidades Geradoras: até .././20xx;
- m) início da Operação Comercial da ... à ... Unidades Geradoras: até .././20xx;

III - manter, nos termos do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº /2021-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Resolução, no valor de R\$ (.....), que vigorará por 90 (noventa) dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico –

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

ONS;

V – aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

VI – firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº/2021-ANEEL.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Resolução, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Resolução, aplicam-se à autorizada as sanções previstas no item 16.2 do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº 01/2021, a seguir discriminadas:

I – advertência;

II – multa editalícia ou contratual;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado;

V – rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstas no Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/2021 e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV e V do § 1º poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo administrativo.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de implantação do empreendimento, de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, com o valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - correspondente ao maior valor entre 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga;

III - até 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento ou até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), prevalecendo o maior valor, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 16 a 30 dias ou mais em relação ao marco de Início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), prevalecendo o maior valor, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento.

IV – 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que:

I – na hipótese de atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias no Início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo Início da Operação Comercial da Última Unidade Geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/20XX ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do Início da Operação Comercial de sua Última Unidade Geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD, aplicável a Central Geradora Eólica – EOL....., nos termos da legislação e das regras de comercialização de energia elétrica.

§ 1º O percentual de redução somente será aplicado se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras da Central Geradora Eólica – EOL..... ocorrer no prazo de até quarenta e oito meses, contados da data de publicação desta outorga, em atendimento ao inciso I, do §1º-C, do art. 26, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 2º No acesso aos sistemas de transmissão ou distribuição, a autorizada deverá observar a legislação e regulação específica, inclusive quanto aos eventuais riscos e as restrições técnicas relacionadas à sua conexão e uso da rede.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 7º Constituem condições resolutivas da vigência desta autorização:

I – o não aporte da Garantia de Fiel Cumprimento, de que trata o inciso III do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização;

II – a não celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER, de que trata o inciso VI do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização, e

SOMENTE NOS CASOS OBRIGATÓRIOS (Proponente enquadrada como empresa estrangeira ou como Fundo de Investimento em Participações – FIP)

III – o não protocolo da ANEEL dos atos constitutivos da sociedade que deverá receber definitivamente a titularidade da autorização, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo fixado no caput a Secretaria Executiva de Leilões – SEL da ANEEL deverá, independentemente de prévia notificação da Autorizada,

I – publicar despacho atestando a não implementação das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual a autorização permanecerá em vigor pelo prazo nela previsto, ou

II – publicar despacho atestando a implementação de quaisquer das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual se encerrará a vigência desta autorização para todos os efeitos legais e regulatórios.

Art. 8º A deverá inserir, no prazo de 30 (trinta) dias, o organograma do Grupo Econômico em sistema disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

Solar Fotovoltaica - Implantação

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA No ... , DE .. DE DE

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e no art. 75-A do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, nos arts. 23 a 29 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias MME nº 67, de 1º de março de 2018, nº 341, de 11 de setembro de 2020, e nº 425, de 3 de dezembro de 2020, nas Resoluções Normativas nº 583, de 22 de outubro de 2013, nº 876, de 10 de março de 2020, e nº 921, de 23 de fevereiro de 2021, e o que consta do Processo no, resolve:

Art. 1º Autorizar a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, no município de, Estado, a implantar e explorar a Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

No caso de Consórcio

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio a implantar e explorar a Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada às coordenadas geográficas x°xx'xx.xx"X e xx°xx'xx.xx"X, no município de, no estado

I - (.....% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, município, estado

II - (.....%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede, nº,, município, estado

§ 1º A central geradora está cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração (CEG) nº XXX.XX.XX.XXX.XXX-X.

§ 2º A central geradora será constituída de unidades geradoras de kW, totalizando kW de capacidade instalada, e kW médios de garantia física de energia, utilizando como combustível.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§3º A comercialização da energia elétrica se dará em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996.

Art. 2º Adeverá implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UFV, constituído de....., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I – cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021;

II – implantar a Central Geradora Solar Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

- a) obtenção da Licença de Instalação: até .././20xx;
- b) Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até .././20xx;
- c) início das Obras Civis das Estruturas: até .././20xx;
- d) início da montagem dos painéis fotovoltaicos: até .././20xx;
- e) início das Obras da Subestação e/ou do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até .././20xx;
- f) Conclusão da montagem dos painéis fotovoltaicos: até .././20xx;
- g) Obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO: até .././20xx;
- h) início da Operação em Teste da ... à ... Unidades Geradoras: até .././20xx;
- i) início da Operação Comercial da ... à ... Unidades Geradoras: até .././20xx;

III - manter, nos termos do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº /2021-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Resolução, no valor de R\$ (.....), que vigorará por 90 (noventa) dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da UFV.....

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;

V – aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

VI – firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Procedimento

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

Competitivo Simplificado nº/2021-ANEEL.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Resolução, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Resolução, aplicam-se à autorizada as sanções previstas no item 16.2 do Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº 01/2021, a seguir discriminadas:

I – advertência;

II – multa editalícia ou contratual;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado;

V – rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstas no Edital do Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/2021 e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV e V do § 1º poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo administrativo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de implantação do empreendimento, de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor:

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, com o valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - correspondente ao maior valor entre 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga;

III - até 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento ou até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), prevalecendo o maior valor, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 16 a 30 dias ou mais em relação ao marco de Início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), prevalecendo o maior valor, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento.

IV – 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que:

I – na hipótese de atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias no Início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo Início da Operação Comercial da Última Unidade Geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Procedimento Competitivo Simplificado nº XX/20XX ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do Início da Operação Comercial de sua Última Unidade Geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD, aplicável a Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV....., nos termos da legislação e das regras de comercialização de energia elétrica.

§ 1º O percentual de redução somente será aplicado se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras da Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV..... ocorrer no prazo de até quarenta e oito meses, contados da data de publicação desta outorga, em atendimento ao inciso I, do §1º-C, do art. 26, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 2º No acesso aos sistemas de transmissão ou distribuição, a autorizada deverá observar a legislação e regulação específica, inclusive quanto aos eventuais riscos e as restrições técnicas relacionadas à sua conexão e uso da rede.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 7º Constituem condições resolutivas da vigência desta autorização:

ANEXO II AO EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021-ANEEL
Processo nº. 48500.004552/2021-15

I – o não aporte da Garantia de Fiel Cumprimento, de que trata o inciso III do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização;

II – a não celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER, de que trata o inciso VI do art. 3º, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização, e

SOMENTE NOS CASOS OBRIGATÓRIOS (Proponente enquadrada como empresa estrangeira ou como Fundo de Investimento em Participações – FIP)

III – o não protocolo da ANEEL dos atos constitutivos da sociedade que deverá receber definitivamente a titularidade da autorização, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de publicação desta autorização.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo fixado no caput a Secretaria Executiva de Leilões – SEL da ANEEL deverá, independentemente de prévia notificação da Autorizada,

I – publicar despacho atestando a não implementação das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual a autorização permanecerá em vigor pelo prazo nela previsto, ou

II – publicar despacho atestando a implementação de quaisquer das condições resolutivas fixadas no caput, hipótese na qual se encerrará a vigência desta autorização para todos os efeitos legais e regulatórios.

Art. 8º A deverá inserir, no prazo de 30 (trinta) dias, o organograma do Grupo Econômico em sistema disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.